

A CIDADE DE CADA UM

Eduardo Alvares de Souza Soares

***Discurso de posse como
Membro Correspondente do
Instituto Histórico e Geográ-
fico do Rio Grande do Sul, no
dia 1º de dezembro de 2011.***

Soaria falso à distinta assistência presente a este ato e, a mim, agrediria o espírito, consentir ao cinismo de não confessar a perceptível verdade que me invadiu e continua a invadir o ser, a verdade de que me tornaram possível aqui chegar, a verdade de que estou, aqui e muito especialmente agora, onde um dia esperava estar, verdade esta que se traduz na íntima satisfação que me vai na alma em pertencer ao quadro de membros correspondentes desta honorável e respeitada instituição, que se alicerça em mais de noventa e um anos de excelência em serviços prestados à pesquisa e à divulgação do conhecimento histórico e geográfico sobre o Rio Grande do Sul.

Tanto maior a satisfação, à qual se pode acrescentar um justo e explicável orgulho, quanto sei – e posso proclamar – que sou o quarto jaguarense a aqui tomar assento. Sim, o quarto jaguarense a aqui tomar assento, precedido que fui por três filhos de Jaguarão que me antecederam, ilustres entre os mais ilustres intelectuais de todos os tempos nascidos na Cidade Heróica, e tanto mais ainda quando ora estamos a lembrar uma comunidade que, no próximo dia 31 de janeiro, com todos os méritos e todas as galas, irá celebrar o bicentenário de criação da “Freguesia do Espírito Santo da Guarda do Serrito”.

Falei em justo e explicável orgulho, porque entendo ser justo, explicável e, mais que tudo, humano, que cada qual aspire chegar à posição que a si almeja, desde que o chegar não contenha máculas éticas e que tenha sido secundado pelo reconhecimento a algum mérito

que não cabe ao candidato apontar, mas que é de inteira responsabilidade de quem indicou seu nome e dos que o aprovaram.

Mas não é menos verdade – e faço a afirmação não como artifício estratégico a ocultar vaidades por entender-me em posição de destaque, mas para manter íntegro no espírito o sentimento de ser sincero – que muitos outros jaguarenses, por conhecidos e reconhecidos méritos, poderiam aqui haver chegado. E, no entanto, não chegaram. Omito-lhes os nomes para não cometer o pecado da injustiça, que fatalmente cometeria, ao esquecer quem, seja qual for a justificativa, não poderia ficar no esquecimento.

Entretanto, se me auto imponho não reconhecer – e, muito mais, não proclamar – qualquer possível mérito pessoal, posso entretanto sustentar que reconheço legitimidade a este ato de posse. E, para tanto, me coloco em boa companhia, na companhia de José Saramago, já então Prêmio Nobel de Literatura, quando, nesta mesma Porto Alegre, na noite de vinte e seis de abril de 1999, em memorável aula magna, agradeceu a homenagem que lhe prestavam. Estas foram suas palavras:

“Decidiu generosamente a Universidade Federal do Rio Grande do Sul conceder-me o grau de Doutor Honoris Causa, decerto por ter encontrado méritos suficientes para tal no trabalho que como escritor venho realizando, o que, obviamente, não competirá a mim confirmar ou por em dúvida. Limito-me tão só a relativizá-los, não por excessos de uma modéstia congênita ou por prudência tática adquirida com as experiências da idade, mas por uma atitude de espírito que já se me vai tornando em segunda e imperativa natureza. Autorizo-me, porém, a crer que se é certo que cheguei a este ato com a legitimidade de quem a ele foi expressamente chamado, certo é que não me apresento aqui de mãos vazias. Trouxe de casa algum trabalho, isto é, alguns livros...”

Guardada a amazônica distância, no campo das letras como das ideias, que me separa de quem, em seu tempo, alcançou reconhecimento universal como literato, o fato é que também aqui não

me apresento de mãos vazias. Algo tenho à consideração dos meus confrades. São igualmente alguns livros o trabalho que comigo trouxe de Jaguarão, versando todos, sem variações, sobre a minha cidade, e tudo na esperança de, assim, maior legitimidade ainda emprestar a este ato solene, para o qual também fui expressamente chamado.

Feita esta digressão, retorno ao ponto em que afirmava a existência dos três jaguarenses que me antecederam neste Instituto e cujos nomes, com admiração e orgulho bairrista, ora declino: Alfredo Varela, João Pinto da Silva e Sérgio da Costa Franco. Os dois primeiros, falecidos há muitos anos, compuseram o elenco de fundadores deste Instituto, o que orgulharia qualquer cidade do interior que pudesse ostentar tal privilégio consignado, simultaneamente, a dois dos seus filhos. O terceiro, nascido que foi em 1928, mantêm-se impávido e intelectualmente em dia com o mundo, merecedor de todo o respeito por suas obras como historiador premiado e por sua valiosa colaboração na imprensa da capital.

Impossível imaginar, de Alfredo Varela, quantas vezes, nestas nove décadas transcorridas, seu nome foi citado nesta casa. Sua monumental História da Grande Revolução, lançada em 1933, por este Instituto, causou espanto pela densidade dos seus seis portentosos volumes e pela novidade documental neles colacionada, mercê de revelarem à intelectualidade gaúcha e brasileira os arquivos, em grande parte inéditos, de Domingos José de Almeida, e que passaram a integrar a Coleção Varela, hoje de posse do Arquivo Histórico do Estado.

João Pinto da Silva, por esforço autodidata e natural vocação para as letras, inaugurou a crítica literária no Rio Grande do Sul. História Literária do Rio Grande do Sul e Fisionomia de Novos, seus principais livros como crítico, permanecem em vigência, compreendidos o contexto e a época em que foram escritos, como incontornáveis marcos referenciais aos que estudam a história da literatura rio-grandense.

Sérgio da Costa Franco, porém, deles distingue-se pelo entranhado amor a Jaguarão, do que deu e continua a dar provas.

Tendo de lá saído em idade estudantil primária, em razão das circunstâncias narradas em seu livro “Memórias de um Escritor de Província”, soube, entretanto, responder às lembranças e às saudades da terra natal, em outras tantas feitas revisitada. Ao escrever “Origens de Jaguarão”, Costa Franco refez a urbe dos seus primeiros dias, com todas as dificuldades inerentes à empreitada, obra que passou a fazer às vezes, ressaltada a metáfora, de sua certidão de nascimento. Para minha pessoal satisfação, Sérgio da Costa Franco se faz presente a este ato.

Mas não poderia encerrar este preâmbulo sem expressamente nomear dois membros efetivos desta casa, que conheci, há muitos anos decorridos, em outras jornadas. Mais proximamente, o Prof. Flávio Loureiro Chaves, em viagem turística – e, no seu decorrer, sentimental – a Jaguarão. Amor à primeira vista, minha cidade o arrebatou com seus encantos, do que dão conta as dezenas de registros fotográficos que dela fez. Há dez anos atrás, nesta mesma sala de atos, estive presente em sua posse como membro desta casa, quando dissertou sobre Érico Veríssimo e sua obra. Presente também o filho do “contador de histórias”, pude ouvi-lo dizer, às despedidas: “Flávio, nas tuas palavras o meu pai voltou inteiro”. Melhor elogio ao confrade, naquela circunstância, não ouvi, não poderia mesmo ouvir.

Mais remotamente, tenho de volver a mil novecentos e setenta, quando, no segundo ano de minha vida profissional como advogado, frequentava os auditórios forenses da Zona Sul. Foi na vizinha e simpática cidade de Arroio Grande que conheci, iniciando sua carreira como Promotor de Justiça, o Dr. Fausto José Leitão Domingues. Foi também quando soube dos seus pendorres à bibliografia sobre o Rio Grande do Sul. Não esperava, porém, que sua vocação, ao longo dos anos, iria levá-lo à formação de um formidável acervo particular versando sobre o nosso Estado, com mais de quinze mil volumes catalogados, muitos deles já fora do comércio, o que torna sua biblioteca, por conter raridades editoriais e múltiplas ofertas bibliográficas, uma importante fonte de consulta e pesquisa para os estudiosos em geral que a ela tem acesso. Decorreu muito tempo sem que nos víssemos,

mas, nos anos mais próximos ao em curso, diferentes circunstâncias nos aproximaram, permitindo que melhor conhecesse o cidadão, o pesquisador sério e idôneo, o homem fidalgo que é, mas, sobretudo, o amigo. Foi de Fausto Domingues a lembrança de levar meu nome à consideração deste confraria e foi ainda ele quem, no passado mês de agosto, me apresentou ao nosso Presidente, o Prof. Miguel Frederico do Espírito Santo, a quem desde já afianço a minha mais decidida colaboração nos projetos deste Instituto.

Senhores e Senhoras!

Desde a adolescência, cultivo o gosto pela frase bem construída, incisiva, com brilho, capaz, pela clareza e inteligência do discurso, de expor e iluminar uma ideia, um conteúdo, de definir um conceito, sendo passível extrair-se, de sua essência, uma lição de vida, ou de coisas, tal qual se extrai de um tratado ou suma, ou ainda de um repositório de ciência e sabedoria. Frases que, por sua precisão, pelo enunciado categórico, serviriam de epígrafe a um texto, tem sido o supremo deleite das tantas e variadas leituras que fiz, dos tantos e variados autores que li e que formaram meu espírito.

Tornei-me assim, com plena e intencional consciência, um colecionador frases que me servem como epígrafes, colhidas muitas vezes numa entrevista, como se fossem filhas do improviso, de um momento de fulgurante inspiração, como folhas soltas desarraigadas dos galhos que as ajustavam à fronde. Outras tantas vezes, extraídas como fragmentos de um poema, ou de um texto em prosa, que bem pode ser de um romance, de um artigo, de um ensaio. E foi a elas que recorri, como primeira atitude intelectual, tão logo escolhi o tema desta dissertação: A CIDADE DE CADA UM. Por óbvio, mais uma oportunidade de, ainda que ampliado o discurso, poder, vez que outra, referir, expressamente ou não, minha cidade, a minha Jaguarão, o lugar que tem sido o *leitmotiv* das minhas preocupações enquanto pesquisador de história.

É vastamente conhecida a frase de Leão Tolstoi, escrita ainda nos anos felizes vividos pelo autor de Guerra e Paz nos bosques de Iasnáia Poliana, na Rússia, onde viveu, escreveu sua imensa obra e, ao fim, ganhou sepultura:

“Narra a história da tua aldeia e contarás o mundo”.

A força dessas poucas palavras é tão grande como múltiplas são as variações e ilações que, a partir do seu sentido e conteúdo, elas nos incitam a fazer. Por trás de sua aparente simplicidade, as palavras de Tolstoi são um universo de sugestões e indagações. No seu aspecto formal, não questionam nem interrogam, mas a posição do espírito, após sua leitura, passa a ser muito mais de perguntar do que de responder.

Numa primeira abordagem, o narrar a história da aldeia de que ele nos fala vai muito mais além de minudenciar, em sequência, o resultado do somatório de ações militares, ou políticas, ou ainda administrativas formadoras da localidade, que, expressas nos seus documentos originais, transmitem ao historiador – mais especificamente, ao micro-historiador – o sentimento de certeza quanto à originalidade do texto que está a escrever, ou ainda quanto à sua autenticidade. Mas o descrever, em linguagem de primeira mão, os fatos e as circunstâncias que constituíram um conglomerado humano, ainda que estes sejam de vital, irrevogável e irrenunciável importância à compreensão do porquê e como eles aconteceram, ou se sucederam cronologicamente, ou ainda de que modo seus rumos foram definidos, não é, porém, suficiente à resposta que se espera ao que nos indaga o texto. Até então, nada mais se está a fazer que história pura, com rigor científico e metodológico, isenta de qualquer juízo de valor opinativo, imune a subjetivismos de qualquer espécie, eis que alicerçada em documentos, como se disse, autênticos... e tão só e apenas neles. Mas não é tão só e apenas isso o que nos quer dizer Tolstoi, ainda que aquela forma de escrever a história seja, repito, de vital, irrevogável e irrenunciável importância. Dentro desse modelo – pode-se dizer, clássico – de escrever

história, o historiador de sua cidade é quem, por excelência, mantém posição de investigador que não se atém ao lendário, que não se permite concessões a métodos de pesquisa de ortodoxia claudicante, que despreza qualquer fonte com legitimidade passível de óbvia contestação, que não se deixa extraviar nos meandros das informações de oralidade duvidosa.

O que quer nos dizer o genial romancista, porém, é que narrar a história da aldeia é muito mais que dela materialmente falar, porque do que se está a tratar é do existir humano, a propósito e a respeito da vida; é de falar sobre as pessoas, com suas personalíssimas características, peculiaridades e idiossincrasias; é de falar sobre os habitantes, em si, da aldeia; é, em verdade, partindo da concepção filosófica de que cada homem é um universo em si mesmo, dizer da singularidade de cada um, e dos resultados e efeitos coletivos desta mesma singularidade em consonância, quando não em confronto, com as singularidades da vida dos demais. Sobre este outro enfoque, o historiador, pois, de sua cidade, continua a ser o seu narrador por excelência, mas revestido não mais da roupagem do cientista, mas, sim, do cronista do seu cotidiano, capaz de lhe descrever, mais que as ruas, as pessoas que nela transitam, que pode referir atos administrativos (decretos, portarias, ordens de serviço) porém neles buscando o que, por detrás, possa existir de jocoso, anedótico, de intriga palaciana, de objetivo eleitoral, de oculta intenção. Sim, do cronista do seu cotidiano, que lhe conhece a alma através das conversas de esquina, dos seus tipos populares, das rodas espontâneas que diariamente se formam para o contar as “últimas”, principalmente quando for da vida alheia, quando não praticar o maledicente disse-que-disse das pequenas e grandes intrigas. Dentro desta nova postura, agora sim, o juízo de valor é oportuno, a consciência crítica atinge seu campo de abrangência, os subjetivismos encontram um amplo território de exteriorização.

Maria Montessori, a pedagoga italiana que, no século passado, inovou a especialidade que praticava, valorizou os exemplos, quando não a experiência direta e sensitiva, como instrumentos pedagógicos

ideais ao aprendizado. Inspirado na mestra peninsular, recorro a um exemplo, bem próximo a todos nós, tendo como enfoque a Porto Alegre em que ora nos encontramos. Da já vasta obra de Sérgio da Costa Franco sobre a capital, comparados seu “Porto Alegre: Guia Histórico” com as gostosas crônicas e artigos de “A Velha Porto Alegre”, saltam aos olhos as diferenças entre ambos textos. Basta que algumas sejam enunciadas: no primeiro, o rigor historiográfico e metodológico com que foi redigido, atento aos atos políticos, aos dados de engenharia, às dificuldades na execução de obras viárias, etc., para que resultasse, tanto na forma quanto na essência, um dicionário das ruas, avenidas e parques da cidade, seguidos da explicação dos nomes que lhe foram outorgados e constantes do álbum municipal de nomenclatura urbana; no segundo, o relato singelo do pitoresco, quando não cômico, da cidade e seu tecido social, com suas dimensões de grande vulto, mas igualmente com suas filigranas e coisas miúdas, que apenas deixam de ser filigranas ou coisas miúdas quando, na visão de observador atento do narrador, ganham uma outra dimensão, a dimensão do valor e da importância que lhes passamos a atribuir. Em suma: no primeiro, a obra de um historiador de boa formação acadêmica; no segundo, a visão do jornalista a serviço do historiador, que, fazendo crônica ou redigindo um artigo, narra a alma da cidade, com o que lhe é específico, peculiar, com seus tipos humanos, anedotário, hábitos, costumes, enfim, com a rotina urbana da sua cotidianidade.

Do exame, salta a inevitável pergunta: qual das duas obras, se comparadas, é mais história que a outra? Atrevo-me a responder, desde já contando com a indulgência plenária de Costa Franco por qualquer imprecisão leiga frente a quem tem formação universitária em História, ou mesmo por exagero comparativo, que ambas contribuem, em pé de igualdade, para o conjunto historiográfico porto-alegrense. Mas desconfio – para não ser tão categórico em dizer que acredito, como também para manter a discussão em aberto – que A Velha Porto Alegre está mais próxima ao espírito do narrar a história da aldeia, de Tolstoi.

De qualquer modo, acredito que Costa Franco equilibra com perfeita harmonia, se justapostas, as duas formas de escrever história – ou, dentro do espírito deste discurso, de escrever a cidade de cada um –, em que o historiador não desmente o cronista, nem este despreza o embasamento investigativo-documental que o outro, graciosamente, lhe oferece.

Se esgotaria, porém, aí o narrar a história da aldeia tolstoiano? Parece que não!

Pelo menos duas variantes, nitidamente nele inspiradas, pude anotar: a primeira, de Antonio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, o conhecido compositor patricio Tom Jobim:

“Quem cuida bem do seu quintal, é universal”.

A segunda, tem procedência no Uruguai, extraída do prólogo que o Dr. Raul Iturria Igarzabal escreveu à História de Durazno, de Oscar Padrón Favre, um historiador oriental conhecido nesta Casa:

“Para ser universal, primero hay que conocer la comarca, la aldea, el trozo pequeño de tierra, el pago, expresión ésta que define perfectamente, desde la antigüedad, la extraña simbiosis que une a una comunidad humana con su tierra”.

Músico, Tom Jobim escreveu uma frase curta em que a rima quintal / universal traduz a intenção de que as duas palavras chaves percorram, da visão micro à visão macro, o itinerário de valorizar a peculiaridade, ou peculiaridades, do que há de mais íntimo, de mais característico de um povo, de uma comunidade, de uma cidade enfim e, neste jogo de valorização do seu mundo particular, alcançar o reconhecimento universal pelo grau de arte, quanto de ofício, a que o narrar a história da aldeia conseguiu se alçar. Músico, repita-se, tentou reproduzir, em sua obra, o que Villa-Lobos conseguiu atingir com sua Bachianas Brasileiras, Chopin, com as Polonaises, Litz, nas Rapsódias. Cada qual falou da sua terra, da sua nação, do seu povo, com suas

lutas, mazelas, fracassos e vitórias. Transpondo, entretanto, o mundo musical para o mundo das letras, os cronistas-historiadores, que dedicam todo o seu labor de pesquisa e elaboração literária a cuidar “bem do seu quintal”, ou, desculpem, decifrando a metáfora, da sua cidade, abrem, assim, uma via de acesso à universalidade da sua escrita.

Iturria Igarzabal, por sua vez, perfaz o mesmo itinerário, mas condicionando a universalidade ao conhecimento específico do homem por esse microcosmo a que podemos referir usando apenas uma palavra que tanto valor e sentido tem para nós, gaúchos: pago. Narrar o pago é, mais que tudo, narrar a história da aldeia, que tão melhor e universal será contada quanto mais o narrador conhecer os fatores internos e externos que ligam, do modo mais arraigado possível, o homem com o torrão em que vive, ou, melhor ainda, em que nasceu.

Hoje, a historiografia brasileira, em alta quanto à oferta de títulos, como pela multiplicidade de novos autores, tem alcançado apreciável cotação nos índices de livros “mais vendidos”. Essa popularização advém de uma nova forma de escrever história, em que as regras de redação impostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas às dissertações acadêmicas – e que condenam boas teses a nunca chegarem ao leitor, ou a serem por ele rejeitadas nas primeiras páginas – foram substituídas pelos textos em que a vocação à reportagem está presente da primeira à última linha, quando não o traço do romancista permeia o texto com todas as virtudes que se exige aos bem iniciados em romancear uma história. Não estou a fazer a apologia de que o romancista, por ser romancista, tenha de ser, necessariamente, um descomprometido com a seriedade da pesquisa e investigação históricas, nem que haja incompatibilidade de escrever história com virtudes de novelista. O que estou a dizer, por óbvio, é que tanto é possível. Bastam três exemplos: Eduardo Bueno, nosso conterrâneo, e Laurentino Gomes, hoje nacionalmente conhecidos, vindos do mundo da imprensa escrita de jornais e magazines, vulgarizaram, no bom sentido da palavra, os temas históricos. E que bons textos romanceados nos tem brindado Mary Del Priore, escritos com a responsabilidade de quem é

catedrática e doutora em história. Eles, e tantos outros que seguem a mesma orientação, são os que hoje desmentem a conhecida afirmação de Norman Mailer, durante uma entrevista:

“A história é escrita por maus romancistas”.

Bem contará, por certo, a sua cidade quem adotar aqueles modelos.

E aqui chegamos ao ponto de examinar uma feliz epígrafe que, mais que todas as outras que colecionei, traduz com fidelidade o espírito do narrar a história da aldeia. Para minha e nossa felicidade, foi dita nesta capital e publicada na imprensa.

Quando a Municipalidade de Porto Alegre prestou justa homenagem ao livreiro Maurício Roseblatt dando seu nome a uma via pública, seu neto, o musicólogo e concertista Arthur Nistrovski, em nome da família do homenageado, assim se expressou:

“As gerações vão passando e a cidade vai se enriquecendo de nomes e memórias; aquilo que os poetas antigos chamavam de “espírito do lugar”. Uma cidade, afinal, é isto: um mapa de vidas sobre as quais vamos vivendo a nossa”.

A cidade de cada um é justamente aquela em que o historiador é instigado a captar e revelar a complexa, a intrincada teia de relações sociais, o seu “mapa de vidas”, aquele em que estamos inseridos, em que somos atores e espectadores, agentes ativos e passivos, no qual influímos e somos influenciados, em que sofremos os efeitos das ações individuais e coletivas, mas em que também um simples gesto ou palavra nossos podem ter uma conotação de ordem geral.

A propósito desta reflexão, no passado mês de novembro, em Prefácio que redigi a uma obra que versa sobre as ruas de Jaguarão, disse que

As grandes e antigas cidades remanesçam no tempo com sua

imensurável carga de civilização e de história, com suas ruas e parques e avenidas tão vivas quanto tão vivos estão os homens como agentes a dar vida a todos os seus espaços públicos de convivência e interação. Assim, as cidades e suas ruas são os lugares do homem, onde ele nasce e morre, onde a si próprio constrói e ajuda a que os demais também se construam; ainda o lugar onde ele ama e sofre, é feliz e experimenta, também, a infelicidade; onde, em suma, está fadado a cumprir a condenação bíblica de comer o pão com o suor do seu rosto.

A frase final de Arthur Nestrovski há de ser repetida, uma vez mais: “Uma cidade afinal é isto: um mapa de vidas sobre as quais vamos vivendo a nossa”. Repita-se, também, que contar a história deste “mapa de vidas sobre as quais vamos vivendo a nossa” é a conduta que melhor corresponde ao espírito do “narra a história da tua aldeia e contarás o mundo”. Por outro lado, existirá, além desta, maior motivação a um historiador a que conte a sua cidade?

Mas a este contar corresponde, paralelamente, um grande desafio: que sua escrita seja tal qual, mercê de todas as fontes de que dispõe, um imenso mural, em que as relações do homem com as coisas e as pessoas que com ele dão forma e vida à cidade estejam, com a devida amplitude, ali esboçadas. Nesta circunstância, o olhar penetrante e agudo do narrador sobre a aldeia, revelando seus mais guardados segredos, desvendando as lendas da infância e crenças dos adultos, é a via de acesso ao mundo das intimidades, dos traços que dão forma ao perfil visível e, bem mais e propriamente, invisível, de uma comunidade.

Quando Sérgio da Costa Franco e eu lançamos “Olhares sobre Jaguarão”, um grande mural escrito sobre a nossa cidade abrangendo duzentos anos de história e de estórias (de 1809 a 2009), em nota introdutória que escrevi especialmente à obra disse que

O amor a uma cidade nasce de muitos olhares, do olhar dos outros ao de cada um em particular, no sentido de que é olhando que se chega ao sentir e ao compreender. Mas a recíproca inversa, o ódio,

também e verdadeira, e igualmente nasce de muitos olhares. Olhar, sentir e compreender são ainda a via necessária para nos apropriarmos emocionalmente daquilo que olhamos, sentimos e compreendemos. E sempre haverá “algo novo a descobrir”, o que consiste em olhar o que os outros já olharam, mas sentir e compreender o que ninguém, até então, sentiu e compreendeu.

Mas será que chegaremos mesmo a esse “algo novo a descobrir”, a conhecer, na sua mais íntima intimidade, valha o pleonasma, a nossa cidade, a cidade que, sendo sua, cada um deveria contar? Nos diz o poeta que não!

Em vinte e nove de outubro de 1992, passeando pelas ruas ensolaradas de Jaguarão com Luiz Coronel, entre uma observação e outra que lhe fazia sobre detalhes dos prédios que apontava ou sobre quem neles habitou, ele, distraído e até mesmo alheio às minhas explicações, ao final da peregrinação urbana respondeu por escrito aos meus esforços de anfitrião:

“Uma vida não basta para conhecer uma cidade.

Nas cidades do interior

o silêncio caminha

pelas ruas

e parece que nunca ocorreu,

nunca nada de novo deverá ocorrer.

Mas é nestas cidades que

se soltam as paixões

mais insólitas,

os ressentimentos mais trágicos.

*Nas cidades do interior
o passado senta-se no banco da
praça e os sonhos suspiram
nas janelas.*

*Nas cidades pequenas, como nos poços
menores, são mais ávidos os
peixes. A vida se agita em sua
aparente calma”.*

A verdade que se evidencia das entrelinhas do poema é que o universo urbano – campo de trabalho, por excelência, para os que se ocupam com micro-história – é inesgotável, tão amplo quanto tão amplas são as vidas que se entrelaçam, que se agitam “em sua aparente calma”, que diariamente constroem o dia-a-dia da cidade comum, tão amplo e variado quanto amplas e variadas são todas as coisas que nela ocorreram, ainda que aparentando que nada de novo está a ocorrer, ou que não existam expectativas de que algo de novo ocorrerá.

Mas, ledor engano, é justamente na cidade que cada um conhece, por que nela vive e nela tem o campo ideal para o seu exercício diário de observação e experimentação, que o micro-historiador se reveste das roupagens de ser o seu cronista, do privilegiado exegeta da sua alma, e dela, da alma, nos seus mais íntimos e recônditos refolhos.

No mesmo sentido, neste ponto crucial do discurso, vem-me em socorro a estas minhas poucas ideias sobre a cidade de cada um, a oportuna nota de Saramago, extraída do seu livro de memórias *Cadernos de Lanzarote*, volume:

“Creio que o amor por uma cidade se faz de coisas íntimas, de

razões obscuras, uma rua, uma fonte, uma sombra. No interior da grande cidade de todos, está a cidade pequena em que realmente vivemos”.

A cidade pequena, dentro da cidade maior, em que realmente vivemos é onde repousam as nossas referências mais pessoais, mais definidoras do que realmente somos e também onde os outros melhor nos conhecem e tem a chance de nos reconhecer.

A ser verdade que as coisas não são o que são, mas a ideia que delas fazemos ou, ainda mais e melhor dito, a memória que delas temos, a cidade de cada um é uma formidável fonte de referência de que dispomos para manter a nossa integridade enquanto pessoa, sem a qual não mais nos reconheceríamos e nossa identidade se extraviaria de forma irrecuperável. Nossas pessoais referências são as que melhor informam quem realmente somos e que substrato delas emanam para nos sentirmos ligados, dentro “da pequena cidade em que realmente vivemos”, a este patrimônio emocional, sensitivo e material, indispensável a toda existência humana, que é a família.

Sempre que a estes temas recorro, vêm-me à memória alguns flagrantes que a televisão, tempos atrás e por semanas, difundiu. Eram imagens dos escombros resultantes do desabamento de dois edifícios residenciais na cidade do Rio de Janeiro, que tombaram por seriadas desídias e ilicitudes ocorridas durante a construção.

Desolados proprietários, semanas a fio, perambularam por sobre o entulho à cata de algumas fotografias da infância distante, de uma carta expressando saudade, do primeiro caderno escolar, de um anel herdado da avó. E todos, sem exceção, ao serem entrevistados, não mais comentavam a perda patrimonial – por vezes do único bem imóvel que possuíam – mas a daqueles pequenos objetos que estavam grudados à memória de pessoas, vivas ou mortas, de todas as idades, em circunstâncias especiais, em momentos felizes, que faziam às vezes de pano de fundo às mais íntimas e prezadas recordações, que eram as personalíssimas referências de tudo quanto haviam perdido

e que sabiam que, com a perda, ruínas também passariam a ser os objetos que num determinado tempo, quando ainda preservados, foram os alicerces materiais que lhes sustentavam a vida espiritual, quando não a própria existência.

Num livre exercício de imaginação, se a cidade de cada um viesse a desaparecer, ou, já nem tanto, se a sua fisionomia fosse, em escala rápida e considerável, modificada e, com a modificação, se tornasse irreconhecível o que na nossa memória fosse vital a que nela pudéssemos nos reconhecer, não hesitaria em afirmar que a vida seria, daí em diante, intolerável, por que estaríamos destinados, todos e cada um, a, como zumbis, vagar em busca de nós mesmos, com o sentimento de esperança em recuperar o que possível fosse e a permanente dor pela óbvia consciência de que demandar o irrecuperável é tarefa vã.

Assim, não hesito também em dizer que narrar a cidade de cada um, enquanto memória de quem realmente somos, de tão vital que é se constitui em parte essencial e indissociável à manutenção do nosso próprio passado, indispensável à própria existência. Este trecho, quase uma advertência, escrito por Simone Weil e que coloquei como epígrafe à nota introdutória da monografia que escrevi sobre a Ponte Internacional Mauá, na fronteira brasileiro-uruguaia de Jaguarão e Rio Branco, vem muito a propósito do que se está a falar, quando se disserta sobre a cidade e a manutenção do seu passado:

“ É vão voltar as costas ao passado para só pensar no futuro. É uma ilusão perigosa acreditar que haja aí uma saída. A oposição entre o passado e o futuro é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe a nossa própria vida. Mas, para dar, é preciso ter, e não temos outra vida, outra seiva, a não ser os tesouros herdados do passado, e digeridos, assimilados, recriados por nós. De todas as necessidades de alma humana, não há outra mais vital que o passado ”.

Creio que isto é tudo que podia haver dito para dar sentido e

valor à importância de contar a cidade, a cidade de cada um, para preservação do seu passado, da sua história, da nossa identidade, para a projeção do seu futuro. Ademais, reconhecendo a amplitude do tema e também meus limites à sua maior e melhor abordagem, pelo menos devo confessar que se não disse, ora, o que tinha a dizer, muito menos, depois, mais não direi.

É chegado o momento, porém, de ir construindo um final a este discurso. E penso que a melhor forma a tanto é iniciar transcrevendo uma frase avulsa, não-intencional, escrita à parte enquanto o digitava, que aparentemente – e tão só – parecia estar destinada a repousar fora do texto, sendo como que um jogo de palavras, mas que ora, no entanto, lhe serve de epílogo, não que sem antes perceba que não seria impróprio se lhe servisse de epígrafe:

Qual faces da mesma moeda, uma coisa é fazer história e outra é contar a história, unidas ambas pela imperativa dependência de que só se torna história o que for contado e o contingente limite de que não há o que contar senão o que história se tornou.

Os que ora me escutam, dirão, talvez, que o que acima disse soa ao óbvio. E tanto não posso negar. Toda verdade, depois de revelada, passa a ser óbvia. E, por acaso, haverá obviedade maior que a de dizer o que verdade é?

Assim, aos que integram esta casa, cabe, por certo, fazer história. Porém, melhor e fundamentalmente, cabe contar a história. Auguro, pois, quanto possível for, que cada um dos meus ora confrades possa narrar a própria aldeia, contar a sua cidade, a cidade de cada um, não com a burocrática consciência de um dever a cumprir, mas – bem mais além, nos limites de quanto se possa sentir – com paixão, com a convicção e o fervor pessoal próprios do devoto ou do noviço, quando, no ato de entrega às orações, alcançam seu mais elevado grau de espiritualidade.

Terei satisfeito às minhas e vossas expectativas ao abordar um

tema tão instigante, o de falar sobre a cidade de cada um? Penso que não! Palavras sempre estão aquém dos sentimentos que expressam.

Com tanto haver reconhecido, também registro, a meu consolo, que falar nesta casa é uma deferência, uma elevada honra, enobrece o espírito, me é grato.

Devo recordar, no entanto, a mim e a vós, que no início deste discurso declarei a íntima satisfação que me vai na alma em pertencer ao quadro de membros correspondentes desta instituição. E assim, de vez que palavras sempre estão aquém dos sentimentos que expressam, haveis de desculpar-me se não pude dizer quanto de íntima satisfação na alma me vai. É que a satisfação que ora me vai na alma, de tão íntima que é, me vai bem mais de quanto possa haver dito.

Muito Obrigado!